

## **Discurso de Mário Soares - Comemorações do Centenário da República**

Senhor Presidente da Academia das Ciências

Senhor Presidente da Comissão Nacional das Comemorações do Centenário da República

Ilustres Confrades

Senhores Chefes Militares

Senhores Embaixadores

Senhoras e Senhores

1. Começo por agradecer ao Senhor Presidente da Academia das Ciências, Prof. Adriano Moreira, o convite que me dirigiu para proferir a primeira Conferência de uma série sobre o Centenário da República. Um convite que muito me honra.

2. Com efeito, em 5 de Outubro de 2010, comemora-se o Centenário da Implantação da República, a segunda ou terceira, cronologicamente, que teve lugar na Europa, depois da França e da Suíça. O atual Governo – e bem, quanto a mim – constituiu uma Comissão Nacional para promover as Comemorações oficiais. É presidida pelo Dr. Artur Santos Silva, aqui presente e que saúdo, personalidade de grandes méritos profissionais e cívicos, oriundo de uma família genuinamente republicana. Desde o seu Bisavô, que participou no 31 de janeiro de 1891, ao seu Avô, várias vezes ministro da I República e eminente médico, que deu o nome a um dos principais hospitais do Porto, ao seu Pai, distinto advogado, resistente à Ditadura, desde estudante, e deputado, após a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, deputado eleito para as Constituintes de 1975.

3. O programa das Comemorações foi apresentado pelo Presidente da Comissão, em Conferência de Imprensa, a que assistiu a Senhora Ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, e consta de inúmeras atividades de carácter cívico, histórico, artístico e cultural tendo, e tem, como óbvio objetivo, pôr em destaque o que foi o idealismo e a ética republicana para conhecimento, em especial, das jovens gerações. Depois de quase meio século a denegrir a República é importante que a verdade possa ser

resposta.

4.As Comemorações iniciam-se, aliás, simbolicamente, no próximo dia 31 de janeiro, na cidade invicta, em comemoração numa sessão comemorativa da revolta desse dia longínquo de 1891, que expressou, embora frustrada, a indignação patriótica dos republicanos contra o ultimato inglês, perante o silêncio vergonhoso do Governo monárquico e do Rei D. Carlos.

5.As Comemorações nacionais irão prolongar-se até agosto de 2011, data que celebra a Constituição Republicana de 1911, de há cem anos. Foi, de resto, uma Constituição avançada, para o tempo, que instituiu o regime republicano, democrático, civilista, parlamentar e pluripartidário. Mas não durou muito tempo – escassos quinze anos – que foram aliás interrompidos por duas breves Ditaduras, de Pimenta de Castro e Sidónio Pais, perturbados pelas incursões monárquicas, vindas de Espanha, que deram origem à chamada Monarquia do Norte e por sucessivas quedas de governo e atos de violência. Para além da intervenção de Portugal na I guerra mundial (1916-18), ao lado dos Aliados, obviamente, feita com a intenção de proteger as nossas colónias ameaçadas. Contudo, a guerra foi mais prolongada do que os políticos do tempo imaginavam e veio a ter custos e consequências desastrosas para Portugal.

6.A história, sempre perturbada, da I República teve, assim, quanto a mim, duas fases bastante distintas, a que chamarei: a República dos Fundadores (antes da intervenção na guerra) e a República dos Epígonos (depois da guerra). A primeira, foi criativa e bastante inovadora, para a época; e a segunda, perturbada com o aparecimento de novos partidos - o nacionalista, de Cunha Leal e o católico, de Salazar e Lino Neto - com a crise económico-financeira, resultante do esforço da guerra, na Flandres e em África, e, finalmente, a permanente instabilidade governativa, económica e política.

7.Não é obviamente o momento, nesta modesta Conferência, de fazer a história da I República, tão mal tratada pelos seus detratores da Ditadura,

como os historiadores, Alfredo Pimenta, João Ameal e outros. Surgiram nos últimos anos, aliás, inúmeros trabalhos e teses de investigação, desse período, bem como histórias isentas e de grande qualidade, de reputados professores das diversas Universidades, como Oliveira Marques, Fernando Rosas, Fernando Catroga, António Reis, João Medina, António Pedro Vicente, Medeiros Ferreira, etc.

Limito-me tão só a traçar algumas linhas gerais, de um simples observador atento desse período – que me considero ser – que teve o privilégio de conhecer algumas figuras intelectuais e políticas da época, como Jaime Cortesão, Bento Caraça, António Sérgio, Sarmiento Pimentel, Tomás da Fonseca, Câmara Reys, Aquilino Ribeiro, Rodrigues Lapa, David Ferreira, Pai, Manuel Mendes, José Gomes Ferreira, José Rodrigues Miguéis e o meu próprio Pai – que viveram e deixaram testemunhos e memórias, às vezes esparsas, desse conturbado período e tanto me falaram sobre ele.

8.Voltando às Comemorações, direi ainda que para além das oficiais, promovidas pela Comissão Nacional, espero bem que haja outras que venham da sociedade civil, que é esmagadoramente republicana, das Universidades, das Fundações, das Associações, Câmaras Municipais, Partidos e Sindicatos e, claro, dos cidadãos.

9.A data marcou indelévelmente a História de Portugal de há mais de um século e, naturalmente, vai suscitar interessantes estudos, memórias e debates. Por isso, permito-me felicitar a Academia das Ciências de Lisboa, velha e prestigiada instituição – e o seu ilustre Presidente – por terem promovido esta série de Conferências, com tão atual e importante temática. A Academia foi pioneira, o que é tanto mais de salientar quanto, nem sempre, assim tem acontecido.

10.O nome da República só tem sentido se rimar com Democracia, respeito pelos Direitos Humanos, Liberdade, Justiça Social, a luta contra as desigualdades e com o Povo, que é sempre – ou deve ser – “quem mais ordena”, como cantou Zeca Afonso. Por isso a Ditadura, que oprimiu Portugal, durante 48 anos sob diversas formas: Ditadura Militar, Ditadura Nacional, Estado Novo e Estado Social – e que foi encarnada,

sucessivamente, por quatro homens: Gomes da Costa, por poucas semanas, antes de ser deportado para os Açores, Óscar Carmona, Salazar e Marcelo Caetano - não pode ser considerada República, embora sempre tenha conservado a fórmula – meramente a fórmula, desprovida de conteúdo - republicana.

11. Considero também que não interessa só celebrar as duas Repúblicas e, durante o longo interregno da Ditadura, a resistência, que lhe foi feita e nunca se rendeu, em tão largo e difícil período. Apesar das prisões, das discriminações, do Campo de Concentração do Tarrafal, do terror policial e da Censura. Importa, igualmente, ter uma visão moderna e progressiva de futuro para a República, neste mundo em crise global e em rápida transformação, em que vivemos.

12. A resistência à Ditadura, foi civil e militar, sempre. Marcada por diversas Revoluções, algumas com muitos mortos e feridos, como a de 3 e 7 de fevereiro, logo em 1927, respetivamente no Porto e em Lisboa. Saldou-se por muitos presos, deportados políticos para as colónias, sem exceção de Timor, e exilados, sobretudo, para Espanha durante a República (1931-36), França e depois para o Brasil. Em 1931 houve a Revolução de 26 de agosto, também cruel, e em 1936 a revolta dos marinheiros, no Tejo e, antes, em 1934, a greve seguida de uma revolta operária na Marinha Grande, para derrubar a Ditadura. Os Partidos, a Maçonaria e os Sindicatos, ilegalizados, foram todos reduzidos à clandestinidade, dizimados, mas subsistiram. No início, o Partido Republicano, a Maçonaria, os Anarquistas, o Partido Comunista e, depois, os Socialistas e a Extrema-Esquerda.

A Ditadura fascizou-se mais durante a intervenção portuguesa na guerra civil espanhola e depois da vitória do Caudillo Franco. Foi então que foram criadas a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa, decalcada, esta última, dos Balilas italianos. Durante a II Grande Guerra – em que foi subscrito, na Península, o Pacto Ibérico – Salazar oscilou, num jogo subtil e extremamente ambíguo, entre o Eixo e a Inglaterra. Foi talvez a época mais difícil, para os anti-fascistas portugueses, entre os quais me contei, desde 1942-43. De maior repressão, com total ausência de perspetivas.

Com a vitória dos Aliados, em 1945, toda a gente informada pensou que o salazarismo não poderia subsistir. Foi um engano fatal, de que me apercebi no dia das grandes manifestações de regozijo pela vitória das Democracias, que ocorreram em várias cidades do País e foram, organizadas, em Lisboa, pelos estudantes universitários., quando fomos então recebidos pelos Embaixadores da Inglaterra, da América e da França Livre. Quando esperávamos uma explosão de alegria, ouvimos palavras extremamente prudentes e apelos à ordem e ao respeito pelas instituições da Ditadura. Foi um balde de água fria no nosso entusiasmo e a demonstração da grande traição dos Aliados, em relação aos Povos da à Península Ibérica.

14.Os anos do pós guerra foram de estagnação de um regime condenado e “orgulhosamente só”. Em Portugal, só mudaram as aparências. Ficámos, longo tempo, fora das Nações Unidas e do processo da construção europeia. O Governo, não compreendeu a importância do movimento de descolonização, que se iniciou com a independência da Índia e, depois, com a Conferência de Brandenbugandung (1955) e o aparecimento dos não alinhados. Daí, não se ter preparado para o que, necessariamente, nos iria bater à porta, e se ter limitado a meras operações cosméticas (inúteis e ridículas), voltando a mudar mudando o nome das colónias para províncias ultramarinas e acabando com o chamado estatuto do indigenato. Ficando tudo na mesma.

15. A ocupação do chamado Estado Português da Índia, foi o primeiro – e muito sério sinal – de que a nossa política colonial tinha de que mudar urgentemente. Mas Salazar teimou, limitando-se a ficar afónico, quando teve de explicar aos pseudo “deputados da Nação”, todos do Partido Único, o que se tinha passado em Goa, Damão e Diu...

O primeiro sinal foi dado por Angola, seguida pela Guiné e por Moçambique. Em 1961 começaram os conflitos, com o assalto nacionalista às prisões de Luanda e durante a década de sessenta, com o aparecimento de movimentos nacionalistas africanos dispostos a lutar, de armas nas mãos, pelos seus direitos à autodeterminação e

independência, com o apoio das Nações Unidas e mesmo de alguns dos nossos aliados da NATO. Criou-se, assim, um verdadeiro beco sem saída.

A queda de Salazar da cadeira, com o conseqüente hematoma, em setembro de 1968 – estava eu deportado em São Tomé, sem julgamento prévio e por tempo indeterminado – levou-o à incapacidade para exercer o cargo e à sua substituição por Marcelo Caetano, por mera decisão do Presidente Américo Tomás, nomeado ele próprio por Salazar.

Apesar das promessas de uma “primavera política”, que nunca chegou a existir, tudo ficou na mesma. Basta dizer que nas pseudo-eleições de 1969, deslocou-se a Portugal uma delegação da Internacional Socialista, representando os principais países europeus – como meros observadores – e foram presos e expulsos do nosso País.

Chegou-se, assim, à Revolução dos Cravos, que derrubou o regime, sem efusão de sangue. A Ditadura caiu como um fruto podre, sem que ninguém a defendesse. A II República que vai fazer trinta e seis anos, em 2010, depois do 25 de novembro de 1975, teve uma evolução pacífica, sem golpes de Estado nem convulsões violentas de nenhuma ordem. E cumpriu o programa dos militares de abril: descolonizou, democratizou e desenvolveu-se económica, tecnológica, científica e culturalmente. Dura há mais do dobro de anos que contou a I República.

No momento de crise global e de relativo impasse político nacional que vivemos, têm-se levantado vozes de derrotismo que descreem abertamente do futuro de Portugal. Algumas até, tão exageradas, chegaram ao ponto de afirmar que corríamos o risco de perder a independência.

Permitam-me que vos diga que considero não terem razão nem qualquer senso. Temos grandes desigualdades sociais, o desemprego tem subido acentuadamente, há pessoas muito pobres, que passam mal. É verdade! E, por outro lado, o Estado vê-se confrontado com um deficit externo que voltou a crescer e com o grande endividamento das famílias. Tudo isso é exato. Entretanto, não estamos tão mal como alguns outros países da Europa, como: a Grécia, a Irlanda, os países Bálticos ou mesmo a nossa vizinha Espanha.

Sei que o mal dos outros não nos deve animar. Mas ajuda-nos a ver as coisas com uma certa necessária relatividade. Tivemos, num passado

recente, crises tão graves ou piores do que a que vivemos hoje e que, repito, é de origem externa e global. Sempre fomos capazes de as superar. Porque não o seríamos agora?

Somos um país bem integrado na União Europeia – que tem o dever de solidariedade para connosco – pertencemos ao amplo espaço da Lusofonia, que não é só uma Comunidade de defesa da nossa língua comum, mas também de solidariedade política, económica e cultural. Somos membros da

Comunidade Ibero-Americana, com os nossos amigos e aliados espanhóis, onde estão países emergentes como o Brasil, país irmão. Somos um país Atlântico, com a maior área económica exclusiva da Europa, das mais ricas, nas águas profundas, tendo em conta a Plataforma Continental, que estamos a negociar. O Atlântico, um Oceano que fala português, que banha cinco outros países lusófonos, dois dos quais, pelo menos, com imensas riquezas naturais e humanas. Temos hoje elites em todos os domínios científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, que ombreiam com as melhores do mundo, saídas de algumas das nossas Universidades, algumas de excelência, que ombreiam com as melhores do mundo.

A Revolução dos Cravos – que devemos aos nossos militares de abril, não o esqueçamos – foi uma Revolução de sucesso, assim reconhecida internacionalmente. Temos, pois, que ser confiantes em nós mesmos e, sobretudo, no Povo a que pertencemos, que sempre foi e é essencialmente republicano.

Alguns meios da Direita extrema têm escrito a denegrir a I República, com a intenção transparente de chegar à atual. As Comemorações do Centenário deverão também servir para os contestar, com isenção e rigor histórico, sem deixar de reconhecer os erros da I República. Que cometeu alguns e graves.

Nós, republicanos de hoje, aprendemos com esses erros e não os voltaremos a cometer como, por exemplo, nas relações entre o Estado e a Igreja Católica, hoje, Igrejas, de diferentes cultos, visto que agora as temos cá todas representadas. A atual Lei da Liberdade Religiosa rege-as pacificamente, em termos de laicidade. O Estado é laico e neutral, não confessional, como na Monarquia, em que o catolicismo era a religião do Estado. Reconhece hoje todas as religiões, procurando não as discriminar.

E, felizmente, nos últimos trinta e cinco anos não houve qualquer conflito grave entre o Estado e as Igrejas.

Também com os Sindicatos – e o mundo do trabalho – a I República cometeu alguns erros.

Reconheçamo-lo! Hoje, o Estado convive com os Sindicatos, assume o direito à dignidade do trabalho e à concertação social, pondo no mesmo pé os Sindicatos e as Associações Empresariais, para resolver os conflitos que surjam, com a mediação do Estado.

Por tudo isto, a nossa II República irá prosseguir o seu caminho – não tenho dúvidas – adequando-se aos tempos de hoje, tão complexos, e tentando resolver os seus problemas atuais, visando um futuro melhor, para todos, em Liberdade, no respeito pelos Direitos Humanos, não só políticos mas também económicos e sociais, em defesa da Solidariedade, para com os mais desfavorecidos e da Justiça, inspirando-se nos princípios de racionalidade, tolerância e justiça, os ideais republicanos, a que fomos, somos e continuamos fiéis.

Muito obrigado!

Academia das Ciências, Lisboa, 14 de janeiro de 2010

[www.fms.pt](http://www.fms.pt)

***Arquivo e Biblioteca da Fundação Mário Soares***

(Escrito segundo o Acordo Ortográfico)